

2

## **ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO MARIÁPOLIS**

### **CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E NORMAS**

#### **Artigo 1.º (Denominação e natureza)**

1 – A **FUNDAÇÃO MARIÁPOLIS** de ora em diante também designada abreviadamente por Mariápolis – da iniciativa das Pias Associações Obra de Maria e Obra de Maria – Movimento dos Focolares (secção feminina), é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, sujeita em Direito Canónico de obrigações e de direitos consentâneos com a índole de instituto da Igreja Católica, para desempenhar o múnus indicado nos presentes Estatutos, em ordem ao bem eclesial e da humanidade, com Estatutos aprovados pela autoridade eclesiástica do Patriarcado de Lisboa.

2 – Segundo o Direito Concordatário resultante, quer da Concordata de 07.05.1940, quer da Concordata de 18.05.2004, a Mariápolis é uma pessoa jurídica canónica constituída por decreto da autoridade eclesiástica, a quem o Estado Português reconhece personalidade jurídica civil, mantendo a sua natureza e identidade em face do disposto nos artigos 9.º a 11.º e 12.º da Concordata de 2004, celebrada entre a Santa Sé e a República Portuguesa em 18 de maio de 2004, sem fim lucrativo, gozando dos direitos e benefícios atribuídos às pessoas coletivas privadas com fins da mesma natureza.

3 – Segundo o Direito Português, a Mariápolis é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social, integrada no tipo de Institutos de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, devidamente inscrita no competente registo das IPSS, sob o n.º 9/00, a folha 5 do livro 6 das Fundações de Solidariedade Social e considera-se efetuado em 16 de Abril de 1998, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosa que a informam, regendo-se pelas disposições do Estatuto das IPSS e demais normas aplicáveis, desde que no respeito pelas disposições da Concordata de 2004.

4 – A Mariápolis foi criada para a prossecução dos seus fins próprios previstos nos presentes Estatutos, sendo por isso uma entidade autónoma jurídica e patrimonialmente, que, no exercício da sua atividade própria, não exerce fins ou comissões de outras entidades, sem prejuízo da sua articulação programática com outras pessoas jurídicas canónicas e da sujeição à legislação canónica universal e particular.



**Artigo 2.º**  
**(Sede e âmbito de ação)**

1 – A Mariápolis tem a sua Sede na Cidadela Arco-Iris, Rua Senhora da Graça, número 60, freguesia da Abrigada, concelho de Alenquer.

2 – A Mariápolis tem como âmbito de acção todo o território nacional, podendo alargar esse âmbito, directamente ou em colaboração com instituições congéneres, a países estrangeiros.

**Artigo 3.º**  
**(Princípios inspiradores)**

1 – A Mariápolis prossegue o bem eclesial e da humanidade na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica, e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, da educação e da integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres.

2 – A Mariápolis tem como objetivo a criação de um Centro de convivência estável e permanente que possa testemunhar a realidade de um pedaço de sociedade renovada pelo Evangelho e regida pelo amor recíproco como lei fundamental.


**Artigo 4.º**  
**(Fins e atividades principais)**

1- Os fins e objetivos referidos no artigo anterior concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios já em funcionamento:

- a) Apoio à infância e juventude;
- b) Apoio às pessoas idosas;
- b) Apoio à família;
- c) Colónias de férias para crianças, adolescentes, jovens e idosos;
- d) Atividades de formação e promoção humana, familiar, social e espiritual de pessoas e grupos.

2. Com aprovação do Ordinário Diocesano, a Mariápolis pode concretizar os seus fins e objetivos ainda nos seguintes domínios:

- a) Educação e Formação Familiar e/ou Profissional dos cidadãos que lhes proporcione entrar no mundo do trabalho, ou outros programas;
- b) Centros de aconselhamento familiar (CAF);
- c) Apoio à integração social e comunitária;

- 
- d) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
  - e) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
  - f) Ainda outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos

#### **Artigo 5.º**

##### **(Fins secundários e atividades instrumentais)**

1 – Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, com aprovação do Ordinário Diocesano, a Mariápolis poderá exercer, de modo secundário, outras atividades de fins não lucrativos, de carácter cultural, educativo, recreativo, de assistência e de saúde.

2 – A Mariápolis pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos seus fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades por ela criadas, mesmo que em parceria, e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.

#### **Artigo 6.º**

##### **(Normas por que se rege)**

1 – A Mariápolis rege-se por estes Estatutos e, no que forem omissos, pela legislação canónica universal e particular e pelas leis civis aplicáveis.

2 – A organização e funcionamento dos diferentes sectores e atividades da Mariápolis obedecerão às normas aplicáveis e a regulamentos internos elaborados pela Direção, segundo o espírito da Obra de Maria (Movimento Focolares).

#### **Artigo 7.º**

##### **(Cooperação)**

1 – A Mariápolis, na medida das suas possibilidades, poderá colaborar com as demais instituições existentes, particularmente com a paróquia e com a Diocese onde se situa, desde que não contrariem a legislação canónica universal e particular, os fins e a

autonomia da Mariápolis ou a perspectiva cristã da vida que informa os presentes Estatutos.

2 - A Mariápolis poderá celebrar acordos de cooperação com entidades oficiais e particulares, em ordem a receber o indispensável apoio técnico e financeiro para as suas atividades.

3 - A Mariápolis pode, na prossecução dos seus fins, unir-se a uma ou mais instituições congéneres, que exerçam idêntica atividade segundo as normas da Igreja Católica, podendo constituir ou participar em uniões, federações ou confederações, com aprovação do Ordinário da Diocese.

4 - As atividades da Mariápolis são destinadas a todas as pessoas, sem distinção de idades, raças, condições sociais, credos políticos e religiosos.

Nas suas atividades, colaborará com fiéis de outras denominações cristãs e de outras religiões, assim como, com todas as pessoas que, ainda que de um modo parcial, comunhem dos seus objectivos.

## **CAPÍTULO II**

### **ORGANIZAÇÃO INTERNA**

#### **SECÇÃO I**

#### **ÓRGÃOS DA INSTITUIÇÃO**

##### **Artigo 8.º**

##### **(Órgãos)**

1 - São órgãos gerentes da Mariápolis:

- a) A Direção;
- b) O Conselho Fiscal.

2 - A duração do mandato dos órgãos da Instituição, bem como do mandato do Diretor Executivo, se o houver, é de quatro anos, renováveis sob proposta das secções masculina e feminina da Obra de Maria em Portugal, através dos seus representantes.

3 - O mandato inicia-se com a tomada de posse.

4 - Os membros dos órgãos gerentes da Mariápolis são designados pelos representantes das secções masculina e feminina da Obra de Maria em Portugal e apresentado ao Ordinário diocesano para nomeação.

5 – O mandato termina no termo do respetivo período, sem prejuízo do dever de manutenção em funções até à posse dos novos titulares.

6 – Não é órgão gerente da Mariápolis o Diretor Executivo, que constitui um cargo facultativo que pode ser instituído por deliberação da Direção, que procede também à nomeação do respetivo titular, uma vez obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal.

### **Artigo 9.º (Remoção)**

Os titulares dos órgãos da Mariápolis podem ser removidos pela entidade que os designou, havendo justa causa e após audiência prévia do respetivo órgão da Mariápolis e dos visados.

### **Artigo 10.º (Vacatura)**

1 – Em caso de vacatura da maioria dos membros providos para cada órgão deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas no prazo máximo de um mês.

2 – Compete aos representantes das secções masculina e feminina da Obra de Maria em Portugal, indicar os elementos que preencham as vagas para completar o mandato.

3 – Se vagarem todos os cargos, por demissão ou por qualquer outra razão, serão designados pelas secções masculina e feminina da Obra de Maria em Portugal, novos membros para os órgãos, em conformidade com o disposto no Artigo 8º, iniciando-se novo mandato.

### **Artigo 11.º (Incompatibilidades)**

1 – Aos membros dos corpos gerentes não é permitido o desempenho de mais de um cargo nos órgãos da Mariápolis.

2 – A nenhum membro dos corpos gerentes da Mariápolis ou a seu cônjuge ou pessoa com quem viva, ou qualquer familiar em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, é permitido celebrar, direta ou indiretamente, qualquer negócio jurídico com a Mariápolis, a não ser que daí advenham vantagens claras para a instituição e tenha a decisão favorável e fundamentada de aprovação dos restantes membros da Direção e o parecer favorável do Conselho Fiscal.

3 – Também não poderão exercer atividade ou o mandato como titular de corpos gerentes de entidades conflituantes com a atividade da Mariápolis e, em princípio, os

dirigentes político-partidários e os detentores de cargos autárquicos durante o seu exercício.

4 – Se for conveniente, por motivos justificados, com o parecer favorável do Conselho Fiscal, pode um trabalhador da Mariápolis ser nomeado membro da Direção ou Diretor Executivo.

### **Artigo 12.º** **(Direitos inerentes à gerência efetiva)**

1 – O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas delas derivadas, com a aprovação escrita dos membros da Direção.

2 – Se o volume do movimento financeiro da instituição ou a complexidade do seu governo o exigir, depois de proposto pela Direção, com o parecer favorável do Conselho Fiscal, um dos membros da Direção, ou o Diretor Executivo, pode ser remunerado dentro dos limites da lei.

### **Artigo 13.º** **(Impedimentos)**

1 – Os membros dos corpos gerentes não podem votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges ou pessoa com quem viva, ou qualquer familiar em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral.

2 – Os fundamentos das deliberações sobre a aprovação do conteúdo e celebração dos contratos referidos no número anterior devem constar das atas das reuniões dos respetivos corpos gerentes.

### **Artigo 14.º** **(Responsabilidade)**

1 – Os membros dos corpos gerentes são responsáveis civil e criminalmente pelas ações ou omissões cometidas no exercício do mandato.

2 – Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade quando:

- a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
- b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

3

**Artigo 15.º**  
**(Convocatória e deliberações)**

1 – Os órgãos da Mariápolis são convocados pelos respectivos presidentes, por iniciativa destes ou a pedido da maioria dos titulares dos órgãos.

2 – Os órgãos da Mariápolis só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

**Artigo 16.º**  
**(Reuniões e votações)**

1 – Salvo disposição legal ou estatutária em contrário, as deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes. Em caso de empate na votação o presidente pode dirimir a paridade com o seu voto.

2 – As votações que envolvam um juízo de valor sobre comportamentos ou qualidades das pessoas, bem como as respeitantes a assuntos de interesse pessoal dos seus membros, são feitas por escrutínio secreto.

3 – É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito e no qual seja interessado, bem como o seu cônjuge ou pessoa com quem viva ou qualquer familiar em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral.

**Artigo 17.º**  
**(Atas)**

1 – Serão sempre lavradas atas das reuniões de qualquer órgão da Mariápolis, assinadas obrigatoriamente por todos os membros presentes nessas reuniões.

2 – O conjunto das atas é autuado e paginado de modo a facilitar a sucessiva inclusão de novas atas e a impedir o seu extravio. Pode manter-se o sistema de livro de atas.

3 – Cabe ao secretário de cada órgão zelar pela conservação e guarda das respetivas atas.

## **SECÇÃO II DIRECÇÃO**

### **Artigo 18.º (Composição da Direcção)**

1 – A Direcção é constituída por um número ímpar de membros, entre um mínimo de três e um máximo de sete, devendo haver sempre um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

2 – Sendo o número de membros da Direcção em cada mandato superior a três, poderá um dos vogais desempenhar o cargo de Vice-Presidente da Direcção.

### **Artigo 19.º (Competências da Direcção)**

1 – Compete à Direcção, como órgão de administração da Mariápolis, gerir a instituição e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte e remeter tais documentos à aprovação do Ordinário Diocesano;
- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
- d) Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal da Mariápolis;
- e) Representar a Mariápolis em juízo ou fora dele, observadas as determinações canónicas;
- f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da Mariápolis;
- g) Gerir o património da Mariápolis, nos termos da lei;
- h) Elaborar e manter atualizado o inventário do património da Mariápolis e o registo dos bens imóveis;
- i) Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores da Mariápolis;
- j) Emitir parecer sobre a aceitação de heranças, legados e doações;
- k) Providenciar sobre fontes de receita da Mariápolis;
- l) Deliberar sobre propostas de alteração dos estatutos e de modificação ou extinção da Mariápolis, a apresentar ao Ordinário Diocesano;
- m) Elaborar os regulamentos internos da Mariápolis;
- n) Celebrar contratos de compra e venda e demais contratos conforme as normas canónicas e civis aplicáveis;
- o) Fornecer ao Conselho Fiscal os elementos que este lhe solicitar para cumprimento das suas atribuições;

- p) Executar as demais funções que lhe estejam atribuídas pelos presentes Estatutos e que decorram da lei aplicável, designadamente da legislação canónica universal e particular.

2 – A Direção pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, ou constituir representantes para esse efeito, designadamente profissionais qualificados ao serviço da Mariápolis, como o Diretor Executivo.

### **Artigo 20.º**

#### **(Competências do Presidente e do Vice-Presidente)**

1 – Compete ao Presidente da Direção:

- a) Superintender na administração da Mariápolis, orientando e fiscalizando os respetivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Direção, dirigindo os respetivos trabalhos;
- c) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de atas da Direção;
- d) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direção na primeira reunião seguinte.

2 – Compete ao Vice-Presidente coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

### **Artigo 21.º**

#### **(Competências do Secretário)**

Compete ao Secretário, coadjuvado por um Vogal, se necessário:

- a) Lavrar as atas das reuniões da Direção;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria;
- d) Na falta de Vice-Presidente, substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- e) Providenciar pela publicitação no “site” da Mariápolis as informações ou suportes das contas do exercício, bem como das súmulas do programa e relatório de atividades e do orçamento, que a lei mande publicar.



**Artigo 22.º**  
**(Competências do Tesoureiro)**

Compete ao Tesoureiro, coadjuvado por um Vogal, se necessário:

- a) Receber e guardar os valores da Mariápolis;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesa;
- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receita conjuntamente com o Presidente;
- d) Apresentar mensalmente à Direção o balancete em que se discriminarão as receitas e as despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

**Artigo 23.º**  
**(Reuniões)**

A Direção reunirá ordinariamente pelo menos uma vez por mês e sempre que for convocada pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos membros da Direção.

**Artigo 24.º**  
**(Forma de a instituição se obrigar)**

1 – Para obrigar a Mariápolis são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas do Presidente ou do Vice-Presidente e de qualquer outro membro da Direção.

2 – Em todos os atos externos da Mariápolis que envolvam meios de pagamento são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente ou do Vice-Presidente e do Tesoureiro.

3 – Nos atos de mero expediente basta a assinatura de qualquer membro da Direção.

**SECÇÃO III**  
**CONSELHO FISCAL**

**Artigo 25.º**  
**(Constituição)**

O Conselho Fiscal é constituído por três membros: um Presidente, um Secretário e um Vogal.



**Artigo 26.º**  
**(Competências do Conselho Fiscal)**

1 – Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização da Mariápolis, podendo, nesse âmbito, efetuar à Direção as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos e, designadamente:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e demais documentos da Mariápolis, sempre que o julgue necessário e conveniente;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;
- c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a Direção submeta à sua apreciação;
- d) Vigiar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos;
- e) Dar parecer quanto à aquisição, administração e alienação dos bens da Mariápolis.

2 – Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões da Direção quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão, desde que tal convocação seja deliberada pela Direção.

**Artigo 27.º**  
**(Reuniões)**

O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente uma vez, pelo menos, em cada trimestre e sempre que for convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros.

**SECÇÃO IV**  
**DIRETOR EXECUTIVO**

**Artigo 28.º**  
**(Do Diretor Executivo)**

1 – O Diretor Executivo constitui um cargo facultativo da Mariápolis que pode ser instituído por deliberação da Direção em cada mandato, se especiais circunstâncias o requererem, uma vez obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal.

2 – O Diretor Executivo pode ser nomeado de entre os membros do quadro de pessoal ou pode ser contratado em comissão de serviço por período equivalente ao do mandato da Direção que o contratou.

3 – O Diretor Executivo não pode ser membro da Direção ou do Conselho Fiscal.

4 – A remuneração do Diretor Executivo será estabelecida pela Direção, tendo em conta as capacidades financeiras da instituição, a sua qualificação profissional e o horário de trabalho.

**Artigo 29.º**  
**(Funções do Diretor Executivo)**

Cabe ao Diretor Executivo o acompanhamento da gestão corrente da Mariápolis, bem como cumprir, executar e mandar executar as deliberações da Direção, a quem deve obediência, com obrigação de participar nas reuniões da Direção para as quais for convidado, ainda que sem direito de voto.

**CAPÍTULO III**  
**REGIME PATRIMONIAL E FINANCEIRO**

**Artigo 30.º**  
**(Do património)**

1 – Constitui património da Mariápolis o conjunto de bens móveis, imóveis e direitos que legitimamente adquiriu e possui como seus.

2 – São bens temporais da Mariápolis:


- a) Os bens imóveis;
- b) Os bens móveis e os bens preciosos em razão da arte ou da história;
- c) As heranças, doações e legados, nomeadamente ex-votos que, segundo a vontade dos beneficiários, se não destinem a ser gastos em fins determinados.

3 – Dados os fins e natureza da instituição, todos os bens temporais que se encontrem na propriedade ou titularidade da Mariápolis consideram-se afetos a fins especificamente espirituais, ainda que provisoriamente sejam afetos aos demais fins expressos nos artigos 4.º e 5.º.

**Artigo 31.º**  
**(Da receita)**

Constituem receitas da Mariápolis:

- a) Os rendimentos dos serviços e a comparticipação dos beneficiários, nomeadamente dos utentes ou seus familiares;
- b) Os donativos e possíveis auxílios financeiros de pessoas singulares ou coletivas;
- c) O produto das heranças, legados ou doações instituídas a seu favor;
- d) Subsídios e comparticipações do Estado e de outras entidades oficiais ou particulares;

- 
- e) Receitas da percepção fiscal;
  - f) Rendimentos de capitais;
  - g) Rendimentos de atividades exercidas pela Mariápolis a título secundário ou instrumental e afetas ao exercício da sua atividade principal;
  - h) Rendimentos de iniciativas de angariação de fundos, promovidas pela Mariápolis ou por terceiros.

**Artigo 32.º**  
**(Atos de administração ordinária)**

São atos de administração ordinária aqueles que se incluem nas faculdades normais de um administrador e todos aqueles que podem ser praticados pela Direção ou pelo Diretor Executivo sem recurso a qualquer licença ou autorização do Ordinário diocesano.

**Artigo 33.º**  
**(Atos de administração extraordinária e alienação)**

1 – A Direção só pode exercer atos de administração extraordinária com prévia autorização escrita do Ordinário diocesano e de harmonia com os Estatutos.

2 – Os atos de administração feitos sem prévia autorização do Ordinário diocesano são inválidos.

3- São atos de administração extraordinária todos aqueles que não sejam considerados, em face dos estatutos e da lei, como de administração ordinária. São, designadamente, atos de administração extraordinária:

- a) A compra e venda de imóveis;
- b) O arrendamento de bens imóveis;
- c) A contração de empréstimos, com ou sem garantia hipotecária;
- d) Novas construções que importem uma despesa superior a cinquenta por cento do saldo de gerência positivo, expresso na prestação de contas mais recente;
- e) A alienação de quaisquer objetos de culto ou classificados;
- f) A aceitação de legados pios, isto é, de bens temporais doados à Mariápolis com o ónus, prolongado por tempo superior a cinco anos, de, com os rendimentos, mandar celebrar Missas ou realizar outras funções eclesiais, ações religiosas ou caritativas;
- g) A aceitação de quaisquer outros legados ou doações com ónus semelhantes aos da alínea anterior.

**Artigo 34.º**  
**(Perfil dos agentes dos órgãos gerentes da Mariápolis)**

1 – A Mariápolis é obrigada a escolher os próprios agentes de entre as pessoas que, a par da devida competência profissional, partilhem a identidade cristã da instituição.

2 – Com esta finalidade, a Direção da Mariápolis providenciará à sua formação, mesmo no âmbito teológico e pastoral, através de currículos específicos e através de adequadas propostas de vida espiritual.

#### **Artigo 35.º**

##### **(Destino dos bens em caso de extinção)**

1 – A Mariápolis pode ser extinta pelos representantes das secções masculina e feminina da Obra de Maria em Portugal, em conformidade com a legislação canónica universal e particular aplicável.

2 – A Mariápolis pode ser extinta pelo Bispo diocesano, a solicitação dos representantes das secções masculina e feminina da Obra de Maria em Portugal.

3 – Em caso de extinção da Mariápolis, passarão para as entidades fundadoras os bens móveis e imóveis e direitos que esta lhes houver afetados, bem como aqueles que lhe tenham sido deixados ou doados com essa intenção.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **ASSISTÊNCIA RELIGIOSA**

#### **Artigo 36.º**

##### **(Assistência religiosa)**

1 – A identidade católica da Mariápolis e o seu objeto podem requerer um Assistente Eclesiástico.

2 – São funções do Assistente Eclesiástico promover a vida espiritual dos titulares dos órgãos, dos trabalhadores e dos beneficiários.

3 – Constituem ainda funções do Assistente Eclesiástico garantir o culto divino nas suas diversas manifestações e a administração dos sacramentos e sacramentais aos membros da comunidade, que integra o âmbito de atividade da Mariápolis e os seus familiares.

4 – O Assistente Eclesiástico é normalmente o Pároco da sede da Mariápolis, podendo a direção da Mariápolis apresentar outro sacerdote ao Bispo diocesano para que seja nomeado em sua vez.

5 – A assistência religiosa é gratuita. Pode a Mariápolis comparticipar na sua remuneração, conforme as normas da Diocese, com a aprovação escrita do Ordinário.

## CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

### Artigo 38.º (Vigilância do Bispo diocesano)

Sendo pessoa jurídica canónica autónoma de natureza privada, a Mariápolis está sujeita às respectivas normas de coordenação, orientação, vigilância e administração próprias do Direito Canónico.

### Artigo 39.º (Alteração dos Estatutos)

1 – Os presentes Estatutos revogam os anteriores e entram em vigor imediatamente após a sua aprovação pelo Ordinário diocesano, sem prejuízo dos efeitos do registo nos Serviços da Segurança Social e no Registo das Pessoas Jurídicas Canónicas do Registo Nacional das Pessoas Coletivas.

2 – Os presentes Estatutos só poderão ser alterados mediante proposta da Direção, parecer favorável do Conselho Fiscal e aprovação do Ordinário diocesano.

3 – Nos casos omissos, a Direção recorrerá à legislação canónica universal e particular e à decisão do Bispo diocesano.

Aprovados em reunião de Direção de 14 de novembro de 2015.

#### A DIREÇÃO

Presidente: Francisco Eugénio Genova de Castro

Vice-Presidente: Maria Odete Souto Correia

Secretário: Maria Eugénia Perestrello D'Orey Roquette

Tesoureiro: Maria Eugénia de Matos Martins

Vogal: José Martins de Barros Maia

*Por delegação do Senhor Cardeal  
da triarca, aprovo os presentes  
estatutos.  
16.XI.15 J. X. L. S. 44*

*Francisco Eugénio Genova de Castro*

**FUNDACÃO MARIÁPOLIS**  
Cidade do Arco-Iris  
Vale Menriço  
2580-042 Abrigada  
Tel.: 263 79 99 96 / Fax: 263 79 99 96

*Maria Eugénia Perestrello*

**FUNDACÃO MARIÁPOLIS**  
Cidade do Arco-Iris  
Vale Menriço  
2580-042 Abrigada  
Tel.: 263 79 99 96 / Fax: 263 79 99 96

*Maria Eugénia de Matos Martins*

*José Martins de Barros Maia*